



Constância
MUNICÍPIO

Normas de Utilização

VEÍCULOS NOVOS 100% ELÉTRICOS,
PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
OU MOBILIDADE CONDICIONADA

.....

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

.....

Veículos Novos 100% Elétricos para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Condicionada

Preâmbulo

O Município de Constância tem vindo a assumir um papel ativo na promoção da inclusão, da igualdade de oportunidades e da sustentabilidade ambiental, orientando a sua intervenção para a melhoria da qualidade de vida de todos os munícipes e turistas, com especial foco para os grupos mais vulneráveis. Tem vindo a desenvolver políticas e projetos que visam garantir melhores condições de acessibilidade, mobilidade e inclusão social, contribuindo para uma comunidade mais solidária, justa e ambientalmente responsável.

No âmbito da candidatura aprovada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), através do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., e em conformidade com o Aviso “Investimento RE-C03-i02: Acessibilidades 360º – Programa de Intervenção nas Vias Públicas (PIVP)”, n.º 12/C03-i02/2025, foi atribuída ao Município a possibilidade de adquirir veículos novos 100% elétricos, destinados ao apoio da mobilidade de cidadãos com deficiência ou mobilidade condicionada.

A disponibilização destes veículos, em regime de empréstimo, justifica-se pela necessidade de:

1. Promover a inclusão social – criando condições para que pessoas com deficiência ou mobilidade condi-

cionada, possam superar barreiras de acessibilidade ao centro histórico do concelho, incluindo visitas aos pontos históricos/culturais do concelho de Constância;

2. Contribuir para a descarbonização e transição energética – alinhando-se com os objetivos do PRR e com os compromissos municipais em matéria de mobilidade sustentável e redução de emissões de gases com efeito de estufa;
3. Assegurar transparência e equidade – estabelecendo regras claras para a utilização dos veículos, definindo critérios de acesso, prazos, obrigações dos utilizadores e responsabilidades do Município.

Assim, a elaboração das presentes Normas de Utilização, visam criar o enquadramento normativo necessário para operacionalizar este apoio, garantindo a correta utilização dos recursos disponibilizados ao abrigo do financiamento comunitário e assegurando que os benefícios chegam de forma justa, eficaz e sustentável à população-alvo.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Objeto

As presentes Normas estabelecem as regras e condições de utilização referente ao empréstimo dos veículos novos 100% elétricos, adquiridos no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, destinados a pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada, assegurando as visitas aos pontos culturais/históricos do concelho de Constância, através de uma utilização justa, segura e transparente.

Artigo 2.º Âmbito de Aplicação

As presentes Normas, aplicam-se a todos os utilizadores elegíveis (com deficiência ou mobilidade condicionada, devidamente comprovada), que pretendam aceder ao serviço

de mobilidade elétrica, para visitarem espaços culturais/históricos do concelho de Constância, sejam eles residentes no concelho, ou apenas visitantes/turistas.

Artigo 3.º Definições

Para efeitos das presentes Normas de Utilização, entende-se por:

- a) Município – O Município de Constância, enquanto entidade promotora e gestora das presentes normas;
- b) Utilizador/Beneficiário – Pessoa com deficiência ou mobilidade condicionada, que reúna as condições de acesso previstas nestas normas de utilização;
- c) Pessoa com Deficiência - Aquele que, nos termos da legislação em vigor, apresente uma limitação

..... CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

Empréstimo de Veículos Novos 100% Elétricos para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Condicionada

significativa, permanente ou de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, possa obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com os demais cidadãos;

- d) Pessoa com Mobilidade Condicionada – Aquele que, independentemente de possuir deficiência reconhecida, apresente limitações temporárias ou permanentes que dificultem a deslocação autónoma, necessitando de apoio para assegurar a sua mobilidade;
- e) Veículo Elétrico - Viatura elétrica adquirida pelo Município de Constância, ao abrigo da candidatura aprovada no âmbito do PRR – Investimento RE-C03-i02: Acessibilidades 360°, dotada de motor de propulsão 100% elétrica, destinada exclusivamente ao fim previsto nas presentes Normas.
- f) Empréstimo - Cedência temporária e gratuita do uso do veículo elétrico, efetuada pelo Município ao utilizador/beneficiário, de acordo com as condições estabelecidas nas normas e mediante assinatura de termo de responsabilidade.
- g) PRR – Plano de Recuperação e Resiliência - Instrumento de financiamento europeu que enquadra a candidatura aprovada para aquisição dos veículos em causa, concretamente através do Aviso n.º 12/C03-i02/2025 “Programa de Intervenção nas Vias Públicas (PIVP) – Aquisição de Veículos Elétricos”;
- h) INR, I.P. – Instituto Nacional de Reabilitação - Entidade Pública responsável pelo acompanhamento e financiamento das medidas de acessibilidade e inclusão no âmbito do PRR.

CAPÍTULO II

UTILIZADORES/BENEFICIÁRIOS

E CONDIÇÕES DE ACESSO

Artigo 4.º

Requisitos

Podem beneficiar do empréstimo dos veículos, as pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada, devidamente comprovada, que:

- a) Sejam visitantes do concelho, residentes ou não;
- b) Comproven a deficiência ou mobilidade condicionada, através de Atestado Médico de Incapa-

cidade Multiusos (igual ou superior a 60%) e/ou Declaração Médica ou documentação legal equivalente, respetivamente;

- c) Tenham a idade mínima de 18 anos de idade;
- d) Possuam capacidade de condução dos veículos;
- e) Cumpram os demais requisitos definidos nas presentes normas.

Artigo 5.º

Obrigações do Utilizador

O utilizador compromete-se a:

1. Utilizar o veículo exclusivamente para fins de deslocação aos pontos de interesse culturais/históricos do concelho de Constância;
2. Zelar pela boa conservação, limpeza e segurança do veículo;
3. Cumprir as regras do Código da Estrada e legislação aplicável;
4. Informar imediatamente a entidade gestora em caso de avaria, acidente ou furto;
5. Devolver o veículo com o nível de carga mínima de 15%.
6. Efetuar o pagamento de Coimas e infrações durante o período de utilização;
7. Efetuar o pagamento da reparação de danos resultantes de negligência ou utilização indevida.

Artigo 6.º

Documentação Necessária

O acesso ao empréstimo dos veículos, exige a apresentação dos seguintes documentos obrigatórios:

- a) Documento de identificação pessoal (Cartão de Cidadão ou BI e NIF);
- b) Atestado Médico de Incapacidade Multiusos ou Declaração Médica, que comprove o grau de deficiência ou a mobilidade condicionada;
- c) Comprovativo de marcação ou manifestação de interesse na visita a efetuar aos pontos culturais/históricos do concelho;
- d) Termo de responsabilidade referente às boas práticas de utilização e compromisso de entrega do veículo, devidamente assinado, a fornecer pelo Município;
- e) Declaração de consentimento para tratamento de dados pessoais (RGPD), a fornecer pelo Município;

..... CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

Empréstimo de Veículos Novos 100% Elétricos para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Condicionada

- e) Formulário de inscrição devidamente preenchido e assinado, a fornecer pelo Município;

CAPÍTULO III

CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO

Artigo 7.º

Regime de Empréstimo

1. O veículo é disponibilizado a título gratuito, não podendo ser utilizado para fins lucrativos ou comerciais;
2. A duração máxima de cada utilização é definida pelo serviço competente do Município, podendo variar consoante os pontos de interesse cultural/histórico a visitar;
3. O número de utilizações gratuitas, tem a frequência máxima de 1 vez por dia, por utilizador;
4. A possibilidade de nova utilização, fica condicionada à disponibilidade existente.

Artigo 8.º

Autonomia e Limites de Utilização

1. Os motociclos de 4 rodas possuem uma autonomia de 38 km, conforme especificações técnicas;
2. A cadeira de rodas possui uma autonomia de 30 km, conforme especificações técnicas;
3. A zona de circulação é apenas permitida no concelho de Constância;
4. Os Percursos autorizados estão direcionados apenas aos pontos de interesse cultural/histórico.

Artigo 9.º

Procedimento de Entrega e Devolução

1. O pedido de empréstimo dos veículos, poderá ser efetuado no Balcão do Espaço Cidadão em articulação com o Posto de Turismo de Constância, e no Parque Ambiental de Santa Margarida (PASM).
 - a) Horário do Espaço Cidadão de Constância:
 - Dias úteis das 09h00 às 17h00;
 - b) Horário do Posto de Turismo de Constância:
 - De segunda a sexta feira, das 10h às 17h, com interrupção de uma hora para o almoço (em horário variável);
 - Aos fins de semana, durante o horário de verão, das 10h às 13h e das 14h às 18h; e durante o horário de inverno, das 11h às 17h;
 - Aos feriados, das 14h às 17h30.

- c) Horário do Parque Ambiental de Santa Margarida (PASM):

- Aberto todos os dias, à exceção dos dias 01 de janeiro e 25 de dezembro;
- De abril a setembro, das 08h30 às 20h00;
- Nos meses de fevereiro, março e outubro, das 08h30 às 19h00;
- Nos meses de novembro, dezembro e janeiro, das 08h30 às 18h00;

2. No momento da entrega será efetuado um registo do estado do veículo (checklist);
3. O veículo será entregue mediante assinatura de Termo de Responsabilidade;
4. A devolução do veículo tem de ser efetuada na hora acordada/marcada;
5. A verificação do estado do veículo (Ckecklist) será efetuada aquando da respetiva devolução, sendo registados os quilómetros e a respetiva autonomia;
6. O veículo deve ser devolvido em igual estado de conservação.

CAPÍTULO IV

FISCALIZAÇÃO E PENALIZAÇÕES

Artigo 10.º

Fiscalização

O Município de Constância assegurará a verificação do cumprimento das regras estabelecidas nas presentes normas.

Artigo 11.º

Penalizações

O incumprimento das obrigações previstas nas presentes normas, implica:

- a) A imediata cessação do empréstimo;
- b) A restituição do veículo;
- c) A Suspensão ou exclusão definitiva do Programa de Empréstimo;
- d) A responsabilidade civil e/ou criminal decorrente de infrações praticadas;
- e) A obrigação de indemnizar o Município por danos causados;
- f) pagamento da reparação/manutenção do veículo, em caso de danos provocados no mesmo, por negligência ou utilização indevida;
- g) O pagamento de multas e coimas de trânsito durante o período de empréstimo do veículo.

CAPÍTULO V

GESTÃO DO SERVIÇO

Artigo 12.º

Entidade Responsável

1. O Serviço do Município, responsável pela gestão do empréstimo, é o Posto de Turismo;
2. A atribuição é efetuada de forma transparente e equitativa, podendo ser definidos critérios de prioridade, designadamente:
 - a) Grau de incapacidade reconhecido;
 - b) Ausência de outro meio de transporte adequado.
3. O Município assegura o seguro obrigatório e a revisão/manutenção regular/normal dos veículos.

Artigo 13.º

Reservas e Atribuição

1. As marcações podem ser efetuadas por via telefónica e/ou por via presencial;
2. Os critérios de prioridade, incidem na ordem de inscrição; do grau de deficiência e da dificuldade de mobilidade.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 14.º

Casos Omissos

As situações não previstas nas presentes normas serão analisadas e decididas pelo Município, sem prejuízo da aplicação da legislação em vigor.

Artigo 15.º

Entrada em Vigor

As presentes normas de utilização podem ser atualizadas sempre que se verifique necessário, e entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Contactos:

Posto de Turismo

Tel. 249 730 052

E-mail: turismo@cm-constancia.pt

Morada: Praça Alexandre Herculano, s/n - Constância

Parque Ambiental de Santa Margarida (PASM)

Tel. 249 736 929

E-mail: parqueambiental@cm-constancia.pt

Morada: Estrada Nacional, 592 – Vale de Mestre, Constância

Espaço Cidadão

Tel. 249 733 515

E-mail: espacodocidadao@cm-constancia.pt

Morada: Avenidas das Forças Armadas, s/n - Constância